

OS MUSEUS E AS AMBIGUIDADES DA MEMÓRIA: A MEMÓRIA TRAUMÁTICA

Ulpiano T. Bezerra de Meneses

Can museums ...be arenas for creative disagreements? (Per Rekdal)

Começo por externar o melhor de meus agradecimentos emocionados à Secretaria Estadual de Cultura e ao Sistema de Museus do Estado de São Paulo pela concessão da medalha Waldisa Russio Camargo Guarnieri. Sempre tive receio de indagar meus méritos, pois acredito que nunca se faz o que se poderia fazer e mesmo o que teria que ser feito. Não ignoro meus espaços vazios. Mas eu mesmo reconheço um mérito: a paixão pelo mundo dos museus, quando há 58 anos o vírus se instalou em mim, ainda estudante, no trabalho em museus. Vírus que hospedei definitivamente em meu organismo, pois nunca mais me abandonou, nas várias áreas em que militei.

E como esta medalha tem nome e sobrenome, devo dizer duas palavrinhas sobre Waldisa. Somos da mesma geração e fui testemunha de sua ampla e fecunda trajetória e da enorme e inovadora atividade de que resultaram tantos benefícios em escritos, docência, administração, e, sobretudo militância onipresente em prol do museu e da museologia. Ela desabrochou profissionalmente num momento em que, no Brasil, os museus estavam num processo de se repensar e de buscar definir seu papel social – no que ela deixou marcas profundas. Por isso, se já receber uma medalha é gratificante, receber a medalha com o nome de Waldisa – e além do mais ser o primeiro receptor – é uma honra especial, mais do que eu poderia imaginar, e que divido com todos aqueles que tiveram a alegria de conviver com Waldisa. Fico ainda muito mais obrigado. Mas devo acrescentar uma coincidência especial: Waldisa me convidou para a abertura de um simpósio latino-americano por ela organizado, aqui mesmo, neste auditório Simon Bolívar, no ano de sua morte, 1990. Que sua lembrança faça que minha fala tenha alguma serventia.

O tema deste encontro é de grande relevância, “Gestão e Governança”, mas não vou discorrer sobre ele. No entanto, se se entende como “governança” a necessidade de abertura das instituições para uma gestão com a participação da comunidade, meu tema, que envolve o tratamento de comunidades de memória no museu, tem alguma proximidade e pertinência.

Porém, minha motivação maior para falar sobre memória, dever de memória, direito ao esquecimento é que estes últimos tempos têm-se multiplicado de forma extraordinária entre nós, principalmente na Internet, textos sobre

memória e museus, de todos os tipos, enfoques, destinatários, com nível de rigor oscilante – alguns excelentes, outros, que pouco acrescentam ao conhecimento do tema, pela generalidade com que tomam o conceito de memória, suas derivações e sua presença no museu. Daí, sem querer dar lições, mas desejando partilhar reflexões que há tempos a memória vem de mim exigindo, optei por falar de memória e de problemas da memória traumática no espaço museal.

Historicizar a Memória

A memória tem passado e presente, *a memória tem história* – que não há como expor aqui. Mas o que pode ser brevemente exposto é aquilo que julgo serem estratos na história da pesquisa sobre a memória, que coincidem com o funcionamento dela no seio da sociedade. *Grosso modo* – e simplificando ao limite --, os primeiros estudos modernos na virada do século 19, com a Filosofia e a Psicologia, cuidavam de entender o ser humano com sua faculdade de lembrar, depois transferida para as dimensões sociais. O foco a seguir orienta-se aos conteúdos da memória e seus significados. No correr do século 20, a Antropologia, a Sociologia e a História assumiram o comando no estudo das ideologias que a memória carregava. Finalmente, do último quartel do século passado em diante domina o caráter pragmático da memória. De instrumento de conhecimento a critério ético e poderosa arma de reivindicação e ação política, ela é agora submetida a um crivo multivariado de disciplinas. As práticas políticas, sobretudo identitárias, substituem a função de conhecimento.

Nesse quadro é que se situa a memória traumática, que nos interessa. Antes disso, porém, alguns temas-chave balizam nosso campo. Saliento os mais pertinentes:

Começamos pela amnésia. Fala-se muito da memória, mas pouco se conhece do esquecimento. Ora, memória e esquecimento são faces do mesmo processo. Não é nenhuma novidade dizer que a memória é um mecanismo de esquecimento controlado, seletivo. Mas a amnésia social ainda é terreno a ser explorado – mormente no campo dos museus.

Paul Connerton, da Universidade de Cambridge, autor de um livro sobre “como a modernidade esquece”, num estudo de tipos de esquecimento começa dizendo que “muito do debate sobre a memória cultural foi moldado pela visão comum, se não universal, de que lembrar e comemorar é considerado uma virtude e que esquecer é necessariamente uma falha. Mas esta afirmação não é auto-evidente”, completa ele. Assim, para demonstrar a complexidade do tema, propõe ao menos sete tipos designados pelo mesmo verbo “esquecer”: o *apagamento repressivo* (o poder abafa a memória, como nas ditaduras), o *esquecimento prescritivo* (por pressão da sociedade), o *esquecimento que é constitutivo da formação de uma nova identidade* (quando os ganhos sobrepujam as perdas, como com os imigrantes); a *amnésia estrutural* (derivada das hierarquias sociais); o *esquecimento como anulação* (por saturação); o *esquecimento como obsolescência planejada* (típica do sistema

capitalista de consumo); o *esquecimento como silêncio humilhado* (aquele de acontecimentos vergonhosos ou constrangedores). Como se vê, o cardápio é extremamente variado e ignorá-lo leva a simplificações deformantes.

Outro conceito chave e muito famoso é o de *memória coletiva*. Formulado com sucesso por Maurice Halbwach nos inícios do século 20, tem tido agora sua própria existência negada com certa frequência. Assim, o reputado historiador alemão Reinhart Kosellek, que sofrera a dominação nazista por doze anos, declara ser intransferível a memória dos sofrimentos passados: somente aceita a capacidade individual neurofisiológica como memória propriamente dita. Citando Kosellek e Susan Sontag, Silke Arnold-de-Simine assim resume os argumentos correntes em favor da desconstrução da memória coletiva: no mais “se teriam apenas metáforas para encobrir interesses políticos e instrumentalização ideológica. Ela seria um mito político, uma narrativa sobre o passado de uma comunidade composta de eventos altamente seletivos (historicamente acurados ou não), dispondo da capacidade de mobilizar emoções e gerar ou modificar atitudes entre os membros dessa comunidade”. Penso que não precisamos ser tão radicalmente rigorosos como Kosellek e outros na mesma linha, pois, a motivação político-ideológica implícita ou explícita não torna irreal ou ilegítimo o compartilhamento de narrativas quando elas contam com elementos de adesão social e resistem à crítica histórica. De todo modo, temos, sim, que aceitar a memória coletiva como realidade social, mas é claro que devemos sempre submetê-la a rigorosos procedimentos críticos.

Seja como for, as práticas da memória coletiva tornam mais complexa sua análise quando se observam os avanços da privatização da memória que se manifestam no campo dos monumentos memoriais.

O monumento memorial é um dos precursores do museu memorial, assim como o chamado antimonumento (Melendi). O caso do *Memorial dos Veteranos do Vietnã* em Washington, ilumina excelentemente tal situação. Projeto original do governo, as discussões no Congresso deixaram claro o objetivo de legitimar a aventura militar na Ásia e fechar as feridas de uma guerra inócua e sangrenta, fazendo instalar uma imagem escultórica, com a tradicional linguagem heroica figurativa. Intervêm, contudo, outros agentes, as famílias e os próprios veteranos em busca de compensação das perdas afetivas e de um sentido para seus sofrimentos. A solução (1983), longe de homologar a interpretação oficial, dispensou qualquer figuração e fez construir dois paredões de mármore negro, que se encontram em “V”, inscritos com o nome de cada soldado morto (quase 60 mil) na superfície perfeitamente espelhada, capaz de refletir a imagem de cada observador – que passa assim a integrar o conjunto como indivíduo. O monumento se propõe, então, como espaço de atração de manifestações subjetivas – o trabalho de luto das pessoas envolvidas – e sem atender aos interesses do Estado, ainda que preferindo a condição de vítimas à de heróis.

A subjetivação do monumento e a privatização da memória chegam a assumir uma dimensão performática, como ocorre, em alta escala, na obra de Jochen e Esther Gerz em Harburg (distrito de Hamburgo, Alemanha), em 1986. Mais uma vez, o que se solicitava era algo destinado a expiar publicamente as culpas do povo alemão em relação ao nazismo. Os artistas construíram uma placa de alumínio recoberto de chumbo, com 12m de altura, numa praça em que, ao centro, um orifício de também 12m. de profundidade servia de bainha para o obelisco. Em sua superfície, os habitantes deixavam gravadas, com um estilete metálico, suas mensagens pessoais. À medida que esta superfície era grafitada, enterrava-se o obelisco na bainha, até que ele desapareceu completamente, em 1993. A seguir, a abertura foi tamponada com uma placa de pedra, como uma lápide funerária. Na aparência, o monumento, situado num espaço público, desempenhava seu papel tradicional. Contudo, sua verdadeira função era subjetivar os sentimentos que ele pudesse provocar, sem lhes dar qualquer publicidade. A eliminação física é o ápice do antimonumento, que se realiza ao se tornar invisível, mas a carga subjetiva que a ele se agregou precisa seguir o mesmo destino. Instaura-se, assim, certa ambiguidade: ao mesmo tempo que a participação dos sujeitos é um fator de democratização e de politização, é no nível individual que isto se dá, expondo secretamente fraturas da sociedade e introduzindo o risco do individualismo.

Em outra vertente, proliferam conceitos novos ou renovados. Exemplo: a “memória vicária”. “Vice” designa um substituto; vicário/vigário é o substituto de Cristo na terra. Memória vicária é uma memória substituta, de segunda categoria, externalizada e objetivada, como nos “lugares de memória”. “Lugar de memória” é a expressão criada pelo historiador francês Pierre Nora e hoje vulgarizadíssima, para designar uma memória vicária, portanto, inferior à dos “ambientes de memória”, esta sim, memória primária, como experiência em curso, vivida e compartilhada, agora sobrevivente apenas em bolsões culturais. Tem-se dito que Nora parece denunciar nossa incapacidade de lembrar como sendo a razão que nos condena a preservar freneticamente tudo o que se apresenta diante de nós. Parente da memória vicária é a “memória protética”: produzida fora do sujeito, em parte derivada da indústria cultural e das pressões midiáticas. Não é fruto da experiência vivida, mas de ofertas e escolhas pessoais. Já as memórias multidirecionais são diversas entre si, mas não contrárias e se entrelaçam rizomaticamente, isto é, como raízes.

Memória traumática

A memória traumática é a face de maior força em nossos tempos, herança de conflitos e violências que assolaram o século passado e não desapareceram neste, sem contar os desastres naturais. O trauma cultural é aqui tomado, um pouco na linha de Neil Alexander, como a memória aceita por uma comunidade e evocando evento ou situação carregada de afeto negativo, tida como indelével ou ameaçando seus valores e trazendo perturbações pela dificuldade de assimilação e horizonte final.

Com a memória traumática, surgiram novos agentes no cenário memorial, como a testemunha e, sobretudo, a vítima (completada pela vítima de segunda categoria, aquela que não resistiu à tortura e “colaborou”). Também conceitos foram formulados ou reciclados, como a memória *transgeracional* (que assume os significados à medida que atravessa gerações), a *pós-memória* (a memória de segunda mão, não vivida, mas absorvida como própria no âmbito familiar), a *memória ausente* (existente, mas impedida de circular pelas convenções sociais), a *memória silente* (do corpo da testemunha incapaz de proferir palavra, mas expressando na sua imobilização a escala do ocorrido), a *memória incorporada* / “*embodied memories*” (implicações corporais do testemunho), a *paisagem mnemônica* / *memoryscapes* (o testemunho dos espaços configurando os chamados sítios de consciência), etc.

Nesse quadro agitado é que se desenvolverá um debate acirrado, ainda hoje em aberto: o conflito entre o *dever de lembrar* o *direito de esquecer*. A questão fundamental é colocada por Ferenczi: é possível a *memória justa*? O que (e quando e como) é mais legítimo: reabrir as feridas ou dar a volta por cima?

Por certo não tenho a menor pretensão de encerrar o debate dizendo a última palavra. Por isso, sem retomar argumentos de cada lado, dispersos numa bibliografia oceânica, imagino que possa haver consenso ao menos nas seguintes proposições:

- i) Crimes contra a humanidade não são prescritíveis. Não podem ser esquecidos. O esquecimento sem justiça afeta não só o presente, mas o futuro.
- ii) O direito à memória não pode sofrer qualquer restrição. Inclui o acesso do interessado à documentação e investigações.
- iii) O trabalho da memória, deve destinar-se menos a proferir sentenças do que providenciar um espaço confessional e de completas elucidacões.
- iv) Deve-se conceder espaço a um direito à compaixão.
- v) Finalmente, há um direito à História, ao conhecimento das raízes dos traumas e seus efeitos.

Museus e memória traumática

Quem retraça com boa informação o verdadeiro “boom” dos museus memoriais após os anos 1980, precedidos pelos museus de guerra, é Paul Williams. Não por acaso o Holocausto forneceu paradigmas, que podem ser observados nos museus mais importantes da espécie.

Numa entrevista de Marita Sturken a Maria Leticia Ferreira, a renomada especialista no chamado “patrimônio difícil”, demonstra preferência por distinguir fronteiras entre museus da memória e memoriais. Não vejo obrigações taxonômicas que os oponham: no fundo, há, antes de mais nada,

um problema de escala, estratégias, destinatários e condições de organização e eficácia – mas que não deveriam impedir convergências.

O Brasil não registrou uma explosão semelhante à de outros países, embora contemos com muitos projetos. Fala-se em Museu da escravidão, da Inquisição, da Delegacia da Rua da Relação no Rio de Janeiro etc. Também se mencionam várias exposições. Não tenciono analisar o panorama. No entanto, gostaria de prestar minha homenagem ao Memorial da Resistência, aqui em São Paulo, o primeiro a se inaugurar no país, em 2009 e que, por seus vários méritos, faz jus a reconhecimento e visitação.

Jennifer Hansen-Glücklich tem um estudo importante sobre o desafio da representação do Holocausto em museus, tendo como foco seus três principais representantes: o Yad Vashem em Jerusalém, o Museu Judaico de Berlim e o Museu Memorial Americano do Holocausto em Washington. De sua análise posso inferir algumas marcas que esses museus deixaram em nosso campo.

Antes de mais nada, atendem, inevitavelmente a interesses políticos nacionais específicos (em Israel, com uma ideologia sionista redentora, a volta ao lar depois de um exílio de sofrimento; na Alemanha, a purgação pelo passado sombrio; nos Estados Unidos, a celebração da solidariedade como componente dos valores civis da democracia americana -- pré-Trump, naturalmente). Mas é louvável a força com que conseguiram responder não só a demandas de comunidades particulares, mas a anseios universais de justiça e paz.

A museografia, por seu turno, aciona ao extremo o potencial emotivo dos museus – e a própria arquitetura se converte em peça introdutória do *ethos* de cada um. Esse caráter extremo, é claro, abre margem para infiltrações ideológicas. Ora, imersão sem posterior emersão representa sempre um perigo no museu. No entanto, deve-se conceder um desconto ao caráter extremado do próprio tema, no caso. Mesmo assim, várias dúvidas têm sido levantadas. Reese Greenberg, por exemplo, se pergunta: a representação museal dos genocídios seria uma cura ou um traumatismo reencenado?

Para ilustrar as estratégias emocionais basta uma amostra: em Washington, a pilha de sapatos – sapatos comuns, velhos gastos, desaparelhados e amontoados -- trazidos das pilhas de roupas dos judeus sacrificados nos campos de concentração nazistas, de chofre permite que o abstrato se torne concreto. O evento e seu contexto são assimilados intelectualmente tanto quanto absorvidos pelos sentidos, empiricamente: mente e corpo integrados. Aliás, nesta expografia se encontram algumas sementes do que mais tarde seria chamado de “Museologia Sensorial” (David Howes).

O museu (sempre se soube) tem entre suas principais aptidões a de articular o cognitivo ao afetivo, o que aumenta exponencialmente a eficácia de sua atuação. Afeto e emoção são palavras que participam do mesmo campo semântico, associado a movimento. *Ad-factum*, vem de *ad-facere*, girar, tocar; *emotio* se conecta a *emotus*, do verbo *movere*, mover. Portando o museu tem o

condão não apenas de dar a conhecer, informar, educar etc., mas de mover os indivíduos, tocá-los, empurrá-los.

O periódico *Museum and Society*, em 2016, decidiu dedicar um número especial (organizado por Cundy e Pörzgen) às estratégias emocionais de exposições museais. Considerou tratar-se de um campo novo de investigação, desenvolvido pelos museus do Holocausto, aguçando a imaginação, a experiência e a empatia. Mas emoção que apenas gratifica, renega sua genealogia etimológica... É preciso também fornecer combustível para atitudes e ações transformadoras.

Resta dizer que, com estas estratégias, os museus do Holocausto permitiram superar um impasse que já produziu muita discussão: o da figurabilidade ou não desse evento monstruoso fora de qualquer parâmetro. Acredito que o museu tenha encontrado, assim, “palavras expositivas” para dizer o indizível e exprimir outros eventos e processos marcados pelo sofrimento.

Para terminar, breves considerações sobre novos horizontes abertos ao papel das coisas materiais nas exposições. Laurie Clark discute com pertinência as implicações éticas e de conhecimento no uso de restos corporais e artefatos em museus da memória em várias partes do mundo, salientando a eficácia de suas modalidades retóricas, como a metonímia (substituição da vítima), a sinédoque (variante: a parte, como os ossos, pelo todo da vítima), o documento (as provas, inclusive fotográficas) e as funções nostálgicas (na trilha de Svetlana Boyman, a nostalgia tomada como a saudade de um lar que não mais existe ou que nunca existiu). Além das indispensáveis recomendações de respeito, principalmente com os objetos religiosos, ela não deixa de apontar riscos de um certo “voyeurismo”, como se constata no comércio de “mementos da morte”. Vale acrescentar que estamos aqui também no contexto do chamado “turismo das trevas” (*dark tourism*).

Reflexões cautelares

Após o amplo horizonte que acabo de apresentar, muito variado e talvez excessivamente comprimido, posso propor cinco reflexões sobre questões que me parecem cruciais, relativas a um tratamento mais adequado da memória traumática no museu.

1. Museu é tribunal?

Em contexto absolutamente semelhante ao de museus, a pergunta foi dirigida à História por Guy Zelis, em 2005. Com a ascensão mundial do historiador ao espaço público – hoje se fala em História Pública -- no final dos anos 1980, ele começa a ser chamado como perito e até mesmo como testemunha em comissões de verdade e reconciliação, em processos de crimes contra a humanidade, em comissões parlamentares de inquérito, etc.

Não me parece que, entre as funções privilegiadas da História e do Museu esteja a de proferir vereditos. Prefiro investir no seu extraordinário potencial de projetar luz que permita entendimento.

O sociólogo Carlos Mendes, apresentando o Museu da Resistência anticolonialista de Tarrafal, Cabo Verde, cita Elizabeth Jelin (socióloga argentina que estudou as memórias da repressão política em seu país), num belo texto sobre vítimas, familiares e cidadãos, quando ela fala da necessidade de um “mecanismo de ampliação do compromisso social com a memória” como forma de trazer para a tela de reflexão o processo de reinterpretação e de ressignificação do sentido das experiências transmitidas.

Nessa linha, antes que tribunal, creio que o museu deveria ser um espaço de reflexão crítica e formação da *consciência histórica*. Não se trata apenas de aprofundar informações (precisas) sobre o passado para retratar nossas heranças presentes, mas de adquirir a capacidade de *desnaturalizar* o passado, para também desnaturalizar o presente. Claro que não excluo os desastres naturais, pois nem as fatalidades são externas à agência humana, nas respostas que provocam. Desnaturalizar significa aqui se convencer de que os processos e eventos históricos não são fatalidades, mas fruto, dentro das circunstâncias, dos interesses em causa. Consciência histórica é a percepção, p.ex., de que a dominação do homem pela mulher, dos negros pelos brancos, ou dos fracos pelos fortes, não são um fato derivado da natureza, mas de vantagens consciente ou inconscientemente em jogo e que se legitimam como se fossem naturais. Para resumir: *consciência histórica é o entendimento de nossa responsabilidade como sujeitos da história*.

A memória histórica no museu, precisa ser múltipla, abranger todas as direções que compõem os quadros conflituosos. Que há exemplos desse tratamento é sinal da extensão das possibilidades do trabalho museal. Um desses casos que me é caro se refere à Irlanda do Norte, do tempo da verdadeira guerra civil travada na segunda metade do século passado, entre protestantes e católicos postulando laços, seja com a Grã-Bretanha, seja com a República da Irlanda. O museu da cidade de Derry, na Irlanda do Norte (Tower Museum), compreendeu, como relata Bill Maguire, que não era sua missão, como instituição pública numa comunidade dividida, tomar partido ou, então, ser simplesmente um “museu da paz”, que enfatizasse as semelhanças e experiências comuns, escamoteando os antagonismos. A decisão foi, sim, fornecer às comunidades aquilo de que elas não dispunham: distância para considerar o quadro todo das experiências vividas. Mais precisamente, o museu deveria produzir perspectivas e contexto global. A exposição “História dividida, cidade dividida”(1995) foi uma iniciativa honesta e corajosa, que permitiu expor (quer no sentido de tornar visível, quer no de não disfarçar sua vulnerabilidade) a história mitificada de ambos os adversários, registrando versões alternativas e permitindo comparação e análise. A mostra provocou muita discussão, mas não foi rejeitada por nenhuma das comunidades em contenda.

O museu funciona, assim, como um necessário espaço de confronto sem dominação, numa sociedade tão fragmentada como a nossa. Acreditar que o museu tem vocação de espaços de contraponto leva a uma outra preferência, que não me canso de explicitar: mais vale o museu como lugar de perguntas, do que de respostas.

Um dos meus sonhos museais é que possamos ter um dia um Museu da Guerra do Paraguai, no modelo do de Derry, talvez em Itaipu, na tríplice fronteira (sem excluir o Uruguai), com a participação do Paraguai e dos adversários na tríplice aliança (Brasil, Argentina e Uruguai).

E, por falar em sonho, Gaynor Kavanagh escreveu um livro intitulado “Espaços de sonho. Memória e museu”, no qual sustenta que espaços de sonho são o ponto em que nossas experiências interiores e exteriores se mesclam.

Há um tipo de História que vem se desenvolvendo nestes últimos tempos e que se adapta magnificamente a essa intenção de explorar a dimensão de experiência vivida: no museu e fora dele: é a história fenomenológica. David Carr, numa obra dedicada à História como experiência, propõe que não se pergunte tanto o que é História, quanto se questione a história como um *fenômeno* e se investigue a experiência do histórico. Como a história se apresenta diante de nós, como ela entra nas nossas vidas e quais as formas de experiência em que ela assim age?

Em suma, para responder à pergunta inicial, não vale a pena o museu assumir-se como tribunal. Mais vale aproximar-se das Comissões de Verdade e Reconciliação, cuja matriz de sucesso é a da África do Sul pós-apartheid, instaurada em 1995 e cuja missão de justiça sem tribunal foi construir pelo conhecimento e pelas confissões de culpa uma ponte histórica “entre o passado de uma sociedade profundamente dividida (...) e um futuro fundado sobre o reconhecimento dos direitos do homem e sobre a democracia” (Cassin *et al.*). Não se trata, porém, de uma panaceia universal.

2.O Museu deve problematizar a memória

Problematizar não é o contrário de simplificar, nem quer dizer multiplicar obstáculos, mas é responder à necessidade de ir além da enganadora aparência simples das coisas. Problematizar é respeitar a contingência do mundo real.

O museu problematiza sendo um museu crítico. Se lembrarmos a raiz grega da palavra *crítica* e de sua família (discernir, discernimento, concernir, crise) veremos que a matriz semântica é “peneiração”, filtragem, distinção de componentes, quebra do que aparenta ser um monobloco. “Crise”, por exemplo, significa assim, momento crucial, que está a exigir escolhas. Formar a consciência crítica – uma das extraordinárias possibilidades do museu – é, portanto, *formar para escolhas próprias*.

Daí a necessidade de problematizar a memória, problematizar a memória do trauma. Isto significa, antes de mais nada, que tanto a memória, como, aliás a cultura, quanto, enfim, as comunidades identitárias não são fenômenos ou entidades homogêneas, pré-definidas, estáticas. São complexos em processos de transformação permanente ao sabor dos interesses humanos e das forças atuantes nos contextos. Em consequência, os maniqueísmos, as batalhas entre os bons e os maus não são um caminho aconselhável.

Problematizar significa, também, forçosamente inserir a memória em seus contextos. Um exemplo apenas, para ilustrar. Na memória trauma temos um quadro variado de atores, com centralidade nas vítimas. Tal centralidade se explica pela empatia e compaixão pela dor e sofrimento, mas muitas vezes a infantiliza e lhe nega o status de sujeito da história, aquele que age, ainda que só no plano da resistência. Entre parênteses, mais uma referência à prata da casa: o Museu Afro-Brasil serve de exemplo ao tratar os negros como sujeitos, agentes da história, ainda que sob domínio ou exclusões.

Finalmente, convém citar uma recomendação explícita (art.4o.) no Guia da ENRS / Rede europeia de memória e solidariedade, de tratar todas as figuras em cena como *indivíduos*, a fim de evitar estereótipos que poderiam ser aplicados a comunidades inteiras. Eu acrescentaria a necessidade de incluir no cenário os *próprios estereótipos* – precisamente para tratá-los como estereótipos, parte do contexto.

Isto realça a necessidade de nos municiarmos em busca das raízes e das trajetórias dos traumas e seus efeitos e consequências, então e agora. Afinal, como falava Brecht (*Violência*), “do rio que tudo arrasta se diz que é violento. Mas ninguém diz violentas as margens que o comprimem”. A preocupação com as margens, isto é, o quadro complexo de articulações de forças várias na “construção social dos regimes autoritários e ditatoriais” (relações entre estado e sociedade em geral) tem gerado revisões históricas na Alemanha, França, América Latina. No Brasil, é preciso realçar o fecundo esforço do “Programa de História e Memória das ditaduras do século XX” da Universidade Federal Fluminense, que vem produzindo desde o começo de nosso século uma história menos maniqueísta, mais crítica e melhor informada e, por isso, apta a levantar o véu sobre a participação consistente e interessada de vastos setores sociais cujo apoio à opressão foi relevante e contribuiu para sua duração por longos 21 anos: Daniel Reis não hesita em falar de “*ditadura civil-militar*”.

A presença de contextos também tem peso importante para a inteligibilidade maior quando se consideram os começos dos eventos ou processos traumáticos, frequentemente nada ferozes, mas sim mansos e pequeninos, mas que vão se retroalimentando pouco a pouco, se insuflando de ideologias e por sua vez fortalecendo-as – até que, pela repetição, se chega, no cotidiano, àquele nível de indiferença que é a porta aberta para a consolidação da violência sem limites.

4. A responsabilidade do museu não se limita às comunidades de memória

Se como já afirmamos, o direito à memória é moralmente imprescritível, seria um disparate impedir seu exercício nos memoriais das chamadas “comunidades da memória”. Mesmo nos museus públicos que trabalham com a memória das transgressões aos direitos humanos, as comunidades da memória diretamente envolvidas devem merecer toda atenção – mas não podem ser consideradas com exclusividade. A natureza específica das violações dos direitos humanos deve ter caráter universal. Já o próprio Código de ética proposto por Antoon De Baets em seu livro “História Responsável” recomenda ao historiador (e isto pode ser extensível integralmente a seu parceiro de todas as horas, o museólogo) que sua orientação seja universalista, isto é, que sua produção não seja limitada pela audiência direta em causa, mas tenha alcance em aberto.

A propósito, estudos sobre a tomada de consciência do Holocausto nos Estados Unidos, tal o de Arlene Stein, relatam a trajetória que se concentra inicialmente, por muito tempo, nos sobreviventes e seus filhos: o trauma era um assunto de memória privada e o trabalho de luto girava em torno da dor pessoal. Quando a segunda geração, na família, atinge a idade adulta (coincidindo com as políticas dos direitos civis dos anos 1950 e seguintes, o luto assume um tom identitário, que se projeta sobre o nível da nação. Mais tarde, principalmente após o julgamento do carrasco nazista Adolf Eichmann em 1961, os direitos humanos se tornam a referência principal e os crimes da espécie ganham status ético de universalidade e atemporalidade.

Isso me permite concluir que o desejável é tratar cada caso com a dignidade que merece, mas projetá-lo num espaço sem hierarquias: o da violência, em qualquer escala.

5. Não descartar o cotidiano do campo da memória

Insisto no cotidiano.

“Os lugares de tortura são lugares refúgio, santuários das fidelidades espontâneas e das peregrinações do silêncio. É o coração vivo da memória. Lugares marcados pelo sofrimento podem transformar-se em lugares de peregrinação, bafejados pelo sagrado”: quem escreve é Pierre Nora. E Hausen-Glücklich completa: “são lugares de peregrinação e ritos de passagem”. De acordo. Com efeito, o sagrado sempre implica a noção de alteridade, coisa outra, radicalmente diversa do profano e que, por sua natureza e transcendência ultrapassa a capacidade de entendimento, perturba e desconcerta. Mas é preciso que a memória da dor não escape ao universo dos homens no cotidiano, porque é a eles que cabem as responsabilidades.

Por outro lado, quando Hanna Arendt, durante o mencionado julgamento de Eichmann, se espantou com a banalidade do mal, na identificação de um caráter quase burocrático de uma perversa atuação cotidiana nos campos de

concentração nazistas, recebeu muitas críticas. Mas ela não estava banalizando o Holocausto, minimizando sua significação e sim detectando como a maldade extrema tinha fixado residência no dia a dia dos perpetradores, a ponto de lhes embotar qualquer sensibilidade moral, qualquer resquício de sentimento humanitário, transformando-os em zelosos funcionários públicos. O mal se tornou um companheiro fiel da indiferença do cotidiano.

O heroísmo também, deve ser tratado com moderação. O herói por vocação, destino e meta é figura antes das epopeias que da vida real. O heroísmo é uma mistura de qualidades humanas e suas circunstâncias, realizando-se nos atos heroicos. Certamente deve ser valorizado, mas não como realidade extra-humana fora do alcance e responsabilidade dos homens comuns como nós – mas sim como virtudes de força, solidariedade, firmeza, senso humanitário que valeria a pena se povoassem nosso cotidiano. Infelizmente, numa sociedade como a nossa, tão desigual, em que o cotidiano se submete à Lei de Gerson (“é preciso tirar proveito de tudo”), precisamos *também* valorizar o heroísmo da vida cotidiana como critério.

Tratar o heroísmo como apenas excepcionalidade tem seus riscos, sobretudo em meio midiático. Uma notícia recentíssima publicada na *Folha de São Paulo* no último dia 12 de julho permite refletir sobre os desvios da memória e celebração no campo dos museus. A Tailândia anunciou que o complexo de cavernas onde 12 meninos e o treinador do time de futebol Javalis Selvagens estiveram presos por 18 dias será transformado em um museu dedicado ao resgate. Claro que celebrar um resgate que, pelas suas circunstâncias e o esforço extraordinário exigido, atraiu a atenção mundial e um voluntariado nacional e internacional, merece ser comemorado. Mas além da musealização de cada feito extraordinário trazer o risco da trivialização e da substituição do mundo concreto pelo simbólico, é preciso questionar as motivações. Informa Narongsak Osottanakorn, líder da operação de resgate, em suas palavras: “Essa área vai se tornar um museu vivo para mostrar como foi a operação. (...) Uma base de dados interativa será criada e essa será uma grande atração turística para a Tailândia”. Esse desvio midiático para atrair visitaçãõ externa como meta deixa de lado a comunidade local e a nacional não turística, cujo cotidiano poderia ser irrigado pelos valores que o fato encerra. É um exemplo duvidoso de memória imediata, quase criada simultaneamente pelo fato midiático

6. A memória não deve prevalecer sobre a Justiça

Há três tipos principais de demandas correntemente associadas aos crimes de massa contra os direitos humanos: justiça / reparações / memória (Soares & Kishi).

Entre nós, as demandas de reparações materiais e morais (identitárias, de reconhecimento) costumam ser atendidas em Comissões de Verdade e em

tribunais e outros órgãos governamentais – nos casos que puderam ser investigados. De notar que cada vez mais se reconhece que dizer a verdade pode ser em si uma modalidade essencial de reparação (como propõe Margareth Walker).

Já as demandas de justiça se defrontam com dois tipos de obstáculo. O maior de todos é quanto à punição de culpados, destoando da norma em outros países. No Brasil, porém, a Lei da Anistia de 1979, fiel à tradição de acomodação de bastidores, trouxe garantias de impunidade (ainda que desrespeitando convenções internacionais que o país assinou sobre a não prescrição de crimes contra a humanidade. Uma espessa cortina de hipocrisia vai até a impedir condenações, salvo tênues possibilidades como ações declaratórias da condição de torturador. A fragilidade do pacto político reduziu de muito a atuação da Comissão Nacional da Verdade, criada em 2012.

O segundo obstáculo é o acesso à documentação. A Comissão Nacional da Verdade, apesar de esforços valorosos, pouco conseguiu dentro do contexto político em que agiu. Basta dizer que, além da queima de arquivos governamentais nem mesmo uma decisão do Supremo Tribunal Federal, de 2006, determinando acesso aos arquivos da Justiça Militar, fora cumprida até sua reiteração em 16 de abril do ano passado. Notícia alvissareira, embora tardia, vem do Ministério do Trabalho, que recentemente abriu seus arquivos a um grupo criado para estudar os abusos do estado entre 1956 e 1988, na área trabalhista e sindical.

Assim, restou a memória... O que traz o risco de trocarmos justiça por memória. A memória está longe de ser pouca coisa, mas fica a fermentação de mais um passado que não passa, como tantos outros passados dolorosos nossos, um luto que não se completa e que pode degenerar em ressentimento, provocando melancolia que, como Freud explica, deriva da dor sempre revisitada. Num colóquio sobre “Usos do esquecimento”, realizado em Royaumont na França, Guy Zelis reporta em 2013 uma pesquisa feita pelo jornal *Le Monde* a propósito do julgamento do carrasco nazista Klaus Barbie: justiça ou memória? O resultado pendeu decididamente para a justiça – o que levou esse historiador a se perguntar: *acaso o antônimo de esquecimento não seria a justiça, ao invés de memória?*

Se o museu quiser respeitar o dever de justiça, no Brasil, precisamos ir além do dever de memória. Ou melhor, inserir a memória específica de um trauma num quadro da violência endêmica que, aqui e agora, viceja no Brasil, mas que tem suas matrizes numa história mais profunda. A sociedade brasileira, tirando as ilhas de solidariedade nas camadas, em geral, mais pobres, é uma sociedade violenta, na sua formação (que mesclou escravidão negra, genocídio indígena e autoritarismo generalizado) e no seu desenvolvimento até hoje. Somos um povo cordial apenas no sentido dado por Sérgio Buarque de Holanda, na preferência de agir pelo coração, quando deveríamos agir pelas obrigações, isto é, negamos a justiça a quem não faz parte de nossos afetos. Daí os preconceitos raciais, religiosos, de gênero e contra minorias e assim por

diante. A tortura não foi exclusiva dos anos de chumbo das duas ditaduras do século passado; ela é de rigor, com as exceções de praxe, nas delegacias e prisões, e também nas áreas de conflitos fundiários de todo tipo, na apropriação das terras indígenas, no desmatamento, nas guerras de quadrilhas e nas crescentes manifestações da violência urbana. Somos líderes de assassinatos de defensores de direitos humanos e socioambientais (relatório 2017 da Global Witness, organização internacional fundada em 1993). E o que dizer da violência doméstica, no trabalho infantil, nas violações dos direitos trabalhistas? Hoje não há condições da política, no sentido mais amplo, como *debate* (aquela utopia do agir comunicativo de que fala Habermas), nem nas redes sociais, onde o ódio fez seu ninho.

Todavia, também a violência não é uma fatalidade, também ela pode e deve ser desnaturalizada. Não é conselho de autoajuda acreditar na existência de sementes de redenção que venham a ser plantadas, aqui e agora: é porque somos nós os sujeitos da história.

Por isso, além de denunciar as enormidades da violência no passado, os museus comprometidos com os direitos humanos precisam assumir-se como faróis que iluminam também a violência de hoje, a violência cotidiana, a violência em qualquer modalidade e escala.

Não será necessário, para tanto, transformar-se num panfleto encenado, ou numa enciclopédia de pequenos verbetes, nem num prolixo mercado de quinquilharias. Estou falando é de uma *atitude* que deve presidir no que for pertinente, ao tratamento específico de cada caso individuado, para que não pareça autônomo mas que possa ser direcionado para seu quadro mais amplo de referências.

O Senegalês Doudou Diène, Presidente da Coalização Internacional de Sítios de Consciência, vinculada à Unesco, numa entrevista recente em São Paulo se perguntou: “É suficiente visitarmos os museus da ditadura, construídos em homenagem a suas vítimas? (...) Não é suficiente. Então nós promovemos o trabalho criativo da memória, que não trata do assunto apenas para ser lembrado, mas a utiliza para a transformação do presente. Não esquecendo o que aconteceu, mas conectando o passado ao presente”. Eu apenas completaria: lembrando que o que deve ser combatido, a começar pela nossa vida cotidiana, é a violência, qualquer tipo, qualquer dose. Para tanto, vale unir forças com centros de pesquisa e organismos empenhados no conhecimento e prevenção da violência na sociedade brasileira, como o NEV / Núcleo de estudos da Violência, há 30 anos operando na USP.

O museu, com efeito, não basta para eliminar a violência, nem há o que tenha esse poder. No entanto, ele tem a especial capacidade de tornar presente a violência, seja a violência maior escancarada, seja violência doméstica enrustida. No museu, a violência não seria mais uma noção abstrata: é coisa concreta, sensível, apreendida com nossos sentidos, nosso corpo e nossa mente. O museu pode ser, sim, um farol, que mantém em circulação o que calha de nos passar despercebido em nosso cotidiano. Esse

farol não faz o caminho por nós, mas ilumina aqueles caminhos que podemos percorrer.

Muito obrigado pela atenção.

REFERÊNCIAS:

- Alexander, Arnold, *Trauma. A social theory*. Cambridge: Polity, 2012.
- Arnold-de-Simine, Silke, Is there such a thing as “collective memory”?, In: Mediating memory in the museum. Trauma, empathy and nostalgia: p.20-21. London: Palgrave Macmillan, 2013.
- Cassin, Barbara; Cayla, Olivier & Salazar, Philippe-Joseph, dirs., *Vérité, réconciliation, réparation*. Paris: Seuil (Le Genre Humain 43), 2004.
- Clark, Laurie B., Mnemonic objects: forensic and rhetorical practices in memorial culture. In: Silberman, Marc & Vatan, Florence, eds., *Memory and postwar memorials. Confronting the violence of the past*: p.155-173. London: Palgrave Macmillan, 2003.
- Cundy, Alys & Pörzgen, Yvonne, guest eds., Emotional strategies in museum exhibitions, *Museum & Society*, v.14, n.3: p.359-362, nov. 2015.
- De Baets, Antoon, *Responsible History*. New York: Berghahn, 2008.
- Diène, Doudou, Visitar museus da ditadura não é suficiente para entender as violações dos direitos humanos, *Forum*, 15.011, 2014 (<https://revistaforum.com.br/digital/173/entrevista-diene/>)
- ENRS / European Network Remembrance and Solidarity, Guidelines (<http://enrs/en/guidelines>).
- Ferenczi, Thomas, dir., *Devoir de mémoire, droit à l'oubli ?* Bruxelles, 2002.
- Ferreira, Maria Letícia Mazzuchi, Memórias traumáticas: entrevista com Marita Sturken, *Revista Memória em Rede (Pelotas)*, v.8, n.15: , jul.-dez.2016 (<http://dx.doi.org/10.15210/rmr.v8i14.7485>).
- Greenberg, Reesa, La représentation muséale des génocides: guérison ou traumatisme réactualisé? In: Dossier Sismographie des Terreurs, *Gradhiva*, n.s., n.5: p.77-83, 2007

- Hansen-Glücklich, Jennifer, *Holocaust Reframed: Museums and the challenges of representation*. New Brunswick: Rutgers University Press, 2014
- Howes, David, Introduction to sensory museology, *The Senses and Society*, v.9, n.3: p.259-267, 2014.
- Ledoux, Sébastien, *Le devoir de mémoire*. Une formule et son histoire. Paris: CNRS Éditions, 2016.
- Maguire, Bill, City museums and their role in a divided community: the Northern Ireland experience". In: Kavanagh, Gaynor & Frostick, Elizabeth, eds., *Making city histories in museums*: p.40-57. London: Leicester University Press, 1998.
- Melendi, Maria Angélica, Antimonumentos: estratégias da memória (e da arte) numa era de catástrofes. In: Seligmann-Silva, Márcio, org., *Palavra e imagem / Memória e escrita*: p.227-250. Chapecó: Argos, 2006.
- Nora, Pierre, NORA (org). *Les lieux de mémoire*. Paris: Gallimard, 1984.
- Reis, Daniel Aarão, *Ditadura militar, esquerdas e sociedade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.
- Rekdal, Per, Introduction. In: Fromm, Annette; Golding, Viv & Rekdal, Per, eds., *Museums and Truth*. Cambridge: Cambridge Scholars Publishing, 2014.
- Soares, Inês V.P. & Kishi, Sandra A.S., orgs., *Memória e verdade*. A Justiça de Transição no Estado Democrático Brasileiro. Belo Horizonte: Ed. Fórum, 2009.
- Stein, Arlene, *Reluctant witnesses*. Survivors, their children, and the rise of Holocaust consciousness. Oxford: Oxford University Press, 2014
- Walker, Margaret Urban. How can truth telling count as reparation. In: Neumann, Klaus & Thompson, Janna, eds., *Historical justice and memory*. Madison: The University of Wisconsin Press: p.130-145, 2015.
- Williams, Paul, *Memorial museums*. The global rush to commemorate atrocities. Oxford: Berg, 2007.
- Zelis, Guy, *L'historien dans l'espace public*. L'histoire face à la mémoire, à la justice et au politique. Lovreval: Labor, 2005.
- Zelis, Guy, Vers une histoire publique, *Le Débat*, n.177 (5): p.153-162, 2013.